

- LXI -**A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO CONTEXTO DO
ENSINO MÉDIO PARAENSE: QUAL O PERFIL DE
FORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO PARÁ?**

Danielly Campos (UFPA)
danielly.campos@ymail.com

Alberto Damasceno (UFPA)
albertod@ufpa.br

João Mazzini (UFPA)
jlmazzinidacosta@gmail.com

Marta Macedo Matos de Araújo
macedo.marta@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo, resultante de uma pesquisa de natureza qualitativa e apresenta elementos iniciais para a discussão do perfil da educação direcionada para o ensino médio paraense por meio das parcerias público-privadas a partir do ano de 2012.

É importante ressaltar que a partir da década de 90 o Brasil passou por um processo de reconfiguração do papel do Estado que, neste período foi considerado ineficiente para planejar e executar políticas públicas. Tal reconfiguração passou a ter maior ênfase, sobretudo na área da educação, a partir do ano de 1995 quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) realizou uma grande reforma no aparelho estatal por meio do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRAE) que teve como seu mentor o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

De acordo com Pereira & Grau (1999) tal reforma se fazia necessária pois o Brasil precisava se modernizar, descentralizar suas decisões e proporcionar mais autonomia para os gestores públicos. No entanto, todas essas mudanças fizeram com que o Estado assumisse menor responsabilidade e participação no desenvolvimento de ações nos setores sociais em áreas como a educação, a saúde, o trabalho entre outras.

Neste contexto, surgiram as PPPs que, segundo Santos (2012, p. 5) “são contratos ou acordos firmados entre o poder público e a iniciativa privada ou da sociedade civil para desenvolver determinado trabalho de interesse comum”, desse modo o setor privado passou a desenvolver ações em vários setores da esfera pública, entre eles os serviços educacionais.

Peroni (2010) afirma que todo esse movimento teve como justificativa o fato de que o setor privado significa “qualidade”, “eficiência”, “eficácia”, além de possuir estratégias que devem ser cumpridas em um tempo pré-estabelecido para que surtam efeitos planejados, inclusive nos resultados educacionais como os observados nos exames em larga escala, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB³⁴).

Assim, redefinido o papel do Estado, surgiram novas políticas públicas educacionais com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade, aderente à lógica de mercado, que está intimamente ligada a padrões de excelência, de resultados e de sistemas de avaliação geradores de um *ranking*³⁵ entre os estabelecimentos envolvidos no processo educacional. É nesse contexto de educação mercadológica, marcada pelo lucro, pela competição, por resultados e características afins que está organizado o ensino médio paraense.

A ENTRADA DA INICIATIVA PRIVADA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Após a implementação das ações do PDRAE se estabeleceu no Brasil uma nova relação entre o Estado e a sociedade e a partir desse contexto houve a promulgação de vários documentos legais³⁶ que passaram a regular o funcionamento das prestações de serviço por parte dos setores privados ao setor público.

Todos esses documentos estavam em consonância com as orientações dos organismos internacionais, pois nesse período histórico o governo brasileiro estava se organizando para implementar novas ações voltadas, inclusive para a educação, sobretudo no que tange à mudança estrutural do currículo e de seus objetivos de aprendizagem, de modo a atender os padrões de rendimento, controle de resultados e uso de indicadores, conforme orientação dos organismos internacionais.

No Brasil, as PPPs estão cada vez mais se intensificando, uma vez que já existe uma legislação que regula essas parcerias e garante a efetivação do repasse de recursos públicos para

³⁴ O IDEB criado em 2007, pelo Inep, formulado para medir a melhoria do ensino.

³⁵ Classificação ordenada de acordo com critérios determinados.

³⁶ Lei nº 8.666 de 21 de junho; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; Decreto nº 3.100 de 30 de Junho de 1999; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Decreto federal nº 5.385 de 4 de março de 2005.

instituições privadas. Todavia, de acordo com Santos e Costa (2015, p. 13089) esses documentos acabam não só abrindo espaço para a atuação do setor privado na esfera pública como também acabam repassando a responsabilidade do Estado para o privado no que tange ao gerenciamento dos serviços.

A ENTRADA DA INICIATIVA PRIVADA NA EDUCAÇÃO PARAENSE.

Tomando como base todos os documentos legais que passaram a intensificar as relações do setor público com as instituições privadas em âmbito federal, o Estado do Pará, assim como outros Estados e municípios brasileiros, vêm buscando resolver problemas da educação por meio das PPPs, que passam a ter legalidade a partir de 2012 por meio da Lei nº 7.649/12 que dispõe sobre licitação e contratação de PPPs e do Decreto nº 713/13 que Institui as PPPs e regulamenta o Conselho Gestor das PPPs no Estado do Pará.

Toda essa construção jurídica teve como uma de suas justificativas a tentativa de melhorar a qualidade da educação a partir de ações originadas da iniciativa privada, sobretudo no sentido de melhorar o quadro da situação educacional apontada nos índices oficiais de todas as etapas da educação básica. A partir da flexibilização fundamentada pela legislação educacional em vigor, e considerando as metas estabelecidas pelo IDEB, o governo federal lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC³⁷), fruto de PPPs.

Segundo informações contidas no portal do MEC é por meio desse Pacto Nacional que o Governo Federal, os Estados e os municípios reafirmam e ampliam o compromisso de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade e de conferir os resultados alcançados por elas por meio de exames periódicos a exemplo da Provinha Brasil, cujos os resultados alcançados devem ser informados ao INEP para que sejam tabulados e gerados os resultados de desempenho dos alunos.

Diante deste contexto o governo do Estado do Pará instaurou, em 2013, o Pacto pela Educação do Pará concebido como um plano estratégico que prevê parcerias entre escolas públicas e empresas privadas como Fundação Roberto Marinho, o Instituto Natura e o Instituto Unibanco com o objetivo de alcançar a meta global de “aumentar em 30% o IDEB de todos os níveis num período de 5 anos [...]” (Pará, 2016, p.02).

Convém destacar que a proposta do Pacto é promover a integrar e a participação de amplos setores da sociedade em busca da melhoria da qualidade da educação paraense, de

³⁷ O PNAIC é um programa integrado cujo objetivo é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras.

modo que o Estado, instituições privadas e Sociedade Civil se unir na formação das novas gerações, além de ajudar a mudar o quadro educacional paraense apontado nos indicadores educacionais a exemplo do IDEB, sobretudo o do ensino médio, cujo índice está cada vez mais preocupante, na medida em que os dados compreendidos entre 2007 e 2015 dão conta de que o Pará só conseguiu ultrapassar a meta projetada no ano de 2009. Nos demais anos não houve alcance da meta projetada, principalmente em 2015 quando o desnível entre a meta projetada e a observada foi bem maior e alcançou 0,6 pontos.

Nesse contexto, dentre as várias estratégias do pacto para o atendimento do ensino médio paraense, surgiram novas políticas educacionais prioritárias como o Projeto Mundial, desenvolvido pela Secretaria de Estado e Educação em parceria com a Fundação Roberto Marinho, cujo objetivo é acelerar a aprendizagem e corrigir o fluxo escolar dos estudantes em distorção idade/ano e do Projeto Jovem de Futuro (PJF) implementado no Estado por meio do Instituto Unibanco, o qual trouxe como expectativa, segundo documentos referentes ao projeto, os resultados positivos obtidos em sua fase de experimentação em outros Estados brasileiros.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo foi possível concluir que o Pará vem acompanhando o mesmo movimento do governo federal, no que diz respeito ao estabelecimento de PPPs voltadas para o atendimento do ensino médio paraense e que a entrada das instituições privadas contribuem para a redução do papel do Estado, uma vez que a instituição assume a concepção dos projetos educacionais que são desenvolvidos na rede estadual de ensino.

Deste modo é possível inferir que o Pará vem traçando um perfil para o ensino médio paraense em consonância com os interesses empresariais, os quais priorizam a formação educacional marcada pela lógica do mercado.

As políticas públicas educacionais implantadas em terras paraenses a desigualdade educacional, característica da sociedade de classes, e acabam criando um ranqueamento de instituições em nível nacional deformando a qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira.** (Conferência ministrada nos seminários sobre a reforma constitucional realizados com os partidos políticos), Brasília, janeiro de 1995.

PARÁ. **Cartilha do Pacto pela Educação**, SEDUC-PA, 2016.

PERONI, Vera M. Vidal. **Redefinições no papel do Estado: parcerias público/privadas e a gestão da educação**. ANPAE, 2010. Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/123.pdf>>

Acesso em: 19 Ago. 2018.

SANTOS, T. F. A. Monteiro dos. **Administração pública e educação no Brasil: as parcerias público-privadas**. Revista Êxitus, Vol.02. nº01.jan/jun, 2012.